

# ANÁLISE DA TRANSVERSALIDADE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA FASE II DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL E ESTADUAL DE GOIÂNIA-GO

Mirelly Gabrielly Mendes de Carvalho<sup>1</sup>

Milton Gonçalves da Silva Júnior<sup>2</sup>

## RESUMO

A educação ambiental é vista como um instrumento crucial para a mudança de hábitos e atitudes da sociedade, no qual se objetiva alcançar a qualidade ambiental e propiciar benefício para as gerações atuais e futuras, de modo que possamos alcançar o desenvolvimento sustentável. Visto que a educação ambiental é o princípio que tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental aborda a temática em destaque em um dos temas transversais denominado “Meio Ambiente” disposto pela Política Nacional do Meio Ambiente. Sendo assim, este trabalho tem como objetivo principal analisar a transversalidade da educação ambiental nas disciplinas que compõe a fase II do ensino fundamental de algumas escolas da rede pública municipal e estadual do município de Goiânia, e demais objetivos secundários em realizar o levantamento dos métodos de ensino utilizados pelos professores para trabalhar a educação ambiental de forma transversal; identificar as principais dificuldades encontradas pelos docentes e as principais dificuldades dos discentes em compreender assuntos ligados ao meio ambiente. Para concretização dos objetivos adotou-se a metodologia de visitas *In loco* em 6 escolas, realizada as visitas procedeu-se com a aplicação de questionários composto por questões que incluem descrição e aspectos socioeconômicos dos professores entrevistados e perguntas sobre a percepção e educação ambiental. Após as entrevistas, os questionários foram analisados e suas respostas inter cruzadas, uma vez que as respostas foram analisadas em conjunto para apresentar melhor significado. Posteriormente, destinou-se a fase de avaliação da percepção docente.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental; Temas Transversais; Meio Ambiente.

## ABSTRACT

Environmental education is seen as crucial to changing habits and attitudes of society instrument, in which the objective is to achieve environmental quality and provide benefits for present and future generations, so that we can achieve sustainable development. Since environmental education is the principle which aims to preserve, enhance and restore environmental quality approaches the theme featured in one of the cross-cutting themes called "Environment" prepared by the National Environmental Policy. Thus , this study aims to analyze the mainstreaming of environmental education in the disciplines that comprise Phase II of elementary education at some schools in the municipal and public schools in the municipality of Goiânia , and other secondary objectives in conducting a survey of methods teaching used by teachers to work in environmental education across the board , identifying the main difficulties encountered by teachers and students of the main difficulties in understanding issues related to the environment . To achieve the goals we adopted the methodology of site visits in 6 schools, conducted the visits was carried out with the use of questionnaires consisting of questions that include description and socioeconomic aspects of the teachers interviewed and questions about perception and environmental education. After the interviews, the questionnaires were analyzed and their responses intercrossed, since the responses were analyzed together to provide better meaning. Later, was aimed at the evaluation phase of teaching perception.

**Keywords:** Environmental Education; Transversal themes; Environment.

---

<sup>1</sup>Acadêmica do Curso de Ciências Biológicas – Faculdade Araguaia. e-mail: mirelly.ambiental@hotmail.com

<sup>2</sup>Professor-Orientador Dr. Milton Gonçalves da Silva Júnior

## INTRODUÇÃO

É natural inferir que não havendo certo cuidado com o gerenciamento adequado do uso dos recursos naturais e com a manutenção do nível de qualidade desses recursos, não terá em breve a disponibilidade deles em padrões minimamente aceitáveis para a qualidade de vida e saúde da população como um todo.

Tendo em vista esta problemática eminente, a educação ambiental objetiva despertar o interesse da comunidade para que estes se tornem multiplicadores de ações educativas do conhecimento adquirido, tornando assim ação ativa na defesa do meio ambiente.

Porém para que se possa estabelecer mudança nos hábitos e atividades da ação humana, BERNADELLI; VOLPI (2008) relatam que trata-se de um processo longo e contínuo que devem ser inseridas de forma direta nos hábitos e mudança das atitudes da sociedade. Demonstrando assim, que a educação ambiental requer um período de tempo maior para que se sensibilizem as pessoas a mudarem seus hábitos e costumes, para que se possa haver melhoria na qualidade ambiental.

Sendo assim, segundo BERNADELLI; VOLPI (2008, p.4), para que se possa ter uma conscientização ambiental é necessário:

Mostrar por intermédio da Educação Ambiental, que existe um equilíbrio entre a vida, o desenvolvimento e a escola, que sempre teve um papel fundamental na formação de cidadãos. Precisamos lançar nossos olhares para a formação de indivíduos ativos que tenham capacidade de criticar, preocupando-se com o destino coletivo e sabendo se posicionar diante dos desafios do mundo. A educação ambiental é um caminho para formação de indivíduos nas questões essenciais para a qualidade de vida e para a construção da cidadania.

Tendo em vista ao reconhecimento da educação ambiental como um instrumento crucial para a mudança de hábitos e atitudes ambientalmente correta e adequada da sociedade, objetiva-se alcançar uma melhor qualidade ambiental para todos, e propiciar benefício para as gerações atuais e futuras.

Embasado nas gerações futuras, a definição mais usada para o desenvolvimento sustentável foi citada em 1987, no Relatório de Brundtland, o qual foi elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criado em 1983 pela Assembleia das Nações Unidas, definindo desenvolvimento sustentável como:

[...] o desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais (Relatório de Brundtland, 1987).

Portanto, o meio ambiente pertence a todos, é dever da coletividade conservá-lo para as presentes e futuras gerações, usufruindo-o assim, de forma sustentável para a sadia qualidade de vida. Portanto, não é obrigação exclusiva do poder público preservá-lo e proporcionar tal benefício para a qualidade de vida (BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, 1988).

Porém para haver mudança de paradigma sobre a importância da consciência ambiental e colocarmos em prática o desenvolvimento sustentável é necessário promover a educação ambiental que, segundo DIAS (2004), e baseado na Conferência de Tbilisi, tem como finalidades:

Promover a compreensão da existência e da importância da interdependência econômica, social, política e ecológica.

Proporcionar a todas as pessoas a possibilidade de adquirir os conhecimentos, o sentido dos valores, o interesse ativo e as atitudes necessárias para protegerem e melhorarem o meio ambiente.

Induzir novas formas de conduta, nos indivíduos e na sociedade, a respeito do meio ambiente. (DIAS, 2004, p. 109-110).

No âmbito Federal temos a Lei n°. 9.795 que define a educação ambiental como um processo, no qual os indivíduos e a coletividade são capazes de construir valores sociais, ou seja, desenvolver capacidade e se obter atitudes, habilidades, competências e conhecimentos, voltados para a preservação do meio ambiente (art. 1°, Lei Federal n° 9.795, de 27/4/99).

Definida pela Lei n°. 6.938/81, a Política Nacional do Meio Ambiente, no qual dispõe sobre os fins e mecanismos de formulação e aplicação, demonstra que a educação ambiental é um dos princípios que tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, assegurando no País condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana (Lei Federal n°.6.938/81, de 27/4/99).

Com o intuito de disseminação do conhecimento acerca dos princípios e finalidades, aborda-se a educação ambiental por intermédio do tema denominado “Meio Ambiente” como um dos temas transversais, em entidades de ensinos regulares municipais e estaduais. O

conjunto de temas transversais propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, são: ética, meio ambiente, pluralidade cultural, saúde, orientação sexual, trabalho e consumo, temas estes, que configuraram em Temas Transversais, por se tratarem de questões sociais, e por possuírem natureza diferente das áreas convencionais (Secretária de Educação Fundamental BRASÍLIA, 1998, p.25).

Atualmente observa-se que se trata de um tema recorrente no mundo inteiro, pois surge como uma forte alternativa na tentativa de educar e conscientizar o ser humano sobre questões relacionadas ao meio ambiente, sobretudo, acerca do uso adequado dos recursos naturais. Visto que, em decorrência de uma realidade, a educação ambiental tornou-se uma grande necessidade e apresenta uma nova dimensão a ser incorporada ao processo educacional. Desenvolvendo assim a inserção através do tema transversal denominado Meio Ambiente, que se deu por intermédio do Ministério da Educação em 1997, onde o Meio Ambiente foi considerado um tema transversal, e que deve ser integrado a todos os níveis de ensino formal (Secretária de Educação Fundamental, BRASÍLIA, 1998, p.26).

A incorporação se deve aos Parâmetros Curriculares Nacionais que tratam à transversalidade como uma questão social diferenciada das áreas convencionais, no qual são debatidos em espaços distintos vividos pela sociedade. Buscando soluções e alternativas que objetivam a intervenção no âmbito social quanto à atuação pessoal. Direcionando assim, o ensino e aprendizagem de conteúdos em duas dimensões, sendo elas: transformações macrossociais sobre a realidade que está sendo construída e atitudes pessoais (Secretária de Educação Fundamental, BRASÍLIA, 1998, p.26).

Ressalva-se ainda que, os PCNs, reconhecem a importância da questão ambiental, estabelecendo assim, que a escola deve desenvolver alternativas para que todos os alunos possam compreender os fatores ambientais e a interferência humana no meio ao tema Meio Ambiente.

Através da transversalidade é possível estruturar na prática educativa, a relação entre aprender sobre a realidade por meio de conhecimento teoricamente sistematizado, e aprender na vida real e de sua transformação (Secretária de Educação Fundamental, BRASÍLIA, 1998, p.30). Visto que a Lei nº 9.795 de abril de 1999 explica em seu Art. 2º:

A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

Colaborando assim, para que a sociedade tenha uma relação construtiva, se tornando ambientalmente sustentável e socialmente justa, propiciando qualidade de vida, conjuntamente com o meio ambiente em perfeito equilíbrio ambiental, preservando, protegendo os meios de vida no planeta, e assegurando condições para que ela prospere em toda sua plenitude e diversidade (Secretária de Educação Fundamental, BRASÍLIA, 1998, p.197).

Destaca-se também a importância do desenvolvimento do trabalho educativo, que tem por objetivo esclarecer para a comunidade escolar, sobre questões ambientais e a relação inter-pessoal do homem em seu meio, despertando assim, o interesse dos alunos e conseqüentemente melhorando o conhecimento da comunidade escolar em relação ao meio ambiente e sua percepção ambiental, tornando agentes que buscam soluções efetivas para o desenvolvimento e planejamento ambiental (NUNES, 2007), visto que para o sucesso da educação ambiental é necessário envolver a comunidade escolar nos problemas ambientais.

Sendo assim, por meio da educação ambiental é possível despertar no indivíduo uma vontade de mudar o presente e construir o futuro, através de suas atitudes e comportamentos individuais, com responsabilidade sobre suas ações, que segundo NUNES (2007), de acordo com o desenvolvimento sustentável, a educação ambiental propõe que pensemos nas gerações futuras, garantindo condições necessárias para a sobrevivência.

Tendo em vista a importância do trabalho educativo, este trabalho tem como objeto principal analisar a transversalidade da educação ambiental nas disciplinas que compõe a fase II do ensino fundamental de algumas escolas da rede pública municipal e estadual do município de Goiânia, Goiás, e demais objetivos secundários em realizar o levantar os métodos de ensino utilizados pelos professores para trabalhar a educação ambiental de forma transversal e identificar as principais dificuldades encontradas pelos docentes em trabalhar com o tema.

## METODOLOGIA

### *Descrição da Área de Estudo*

Foram realizadas coletas de dados em seis escolas públicas, sendo três escolas municipais e três estaduais, localizadas em setores distintos no município de Goiânia capital do estado de Goiás.

Procurou-se selecionar escolas com localidades diferenciadas com o intuito de maior abrangência, conseqüentemente realidades diferentes e atribuições, embora estejam em um mesmo segmento de escolas públicas. Destacando que, os questionários foram aplicados para todos os profissionais de educação de todas as disciplinas regulares de ensino.

Segue abaixo identificação das escolas municipais e estaduais no qual foram pesquisadas com sua devida localização (Tabelas 1 e 2).

Tabela 1: Identificação e localização das escolas municipais analisadas.

<b>Escolas Municipais</b>	<b>Localização</b>
A	Setor Estrela Dalva
B	Jardim Liberdade
C	Vila São Judas Tadeu

Tabela 2: Identificação e localização das escolas estaduais analisadas.

<b>Escolas Estaduais</b>	<b>Localização</b>
D	Setor Vila Nova
E	Conjunto Itatiaia I
F	Recanto do Bosque

### *Escolas Municipais*

#### *Escola A*

Encontra-se localizada no, Setor Estrela Dalva, em vista *in loco* para obter dados que caracterizam a respectiva escola, não foi fornecida as devidas informações.

#### *Escola B*

Localizada no Jardim Liberdade, trata-se de uma escola que atende a comunidade local, no qual possui doze salas de aula, uma biblioteca e sala de ambiente informatizado com 16 computadores. Com o intuito de ampliação de atendimento aos alunos, desde sua formação a mesma trabalha com 03 turnos, sendo que no período matutino e vespertino atende alunos de 05 a 13 anos e no período noturno com o Projeto AJA (1ª a 4ª) do ensino fundamental (Segundo informações obtidas *in loco*).

### *Escola C*

Tal escola encontra-se localizada na Vila Jardim São Judas Tadeu. Atendendo a comunidade local de família assalariadas, formadas por pessoas com profissões variadas, sendo: operários, pedreiros, serventes, pintores, artistas plásticos, professores, eletricitas, catadores de papel, diaristas, domésticas e similares.

Devido à solicitação da comunidade da região, a área da escola foi doada pelo professor Aristocledes Teixeira. No qual inicialmente, a unidade educacional funcionou em apenas dois turnos com duas salas de aula destinada para o ensino fundamental. Após ampliações na estrutura física da escola, hoje a escola atende três turnos e possui como proposta de “Ciclos de Desenvolvimento Humano”, sendo assim, proporcionando uma educação da infância a adolescência nos turnos matutino destinado ao Ciclo II e III, vespertino Ciclo I e II e noturno funciona a Educação de Adolescentes Jovens e Adultos (EAJA) da 1ª a 8ª série (Segundo informações obtidas *in loco*).

### *Escolas Estaduais*

#### *Escola D*

Trata-se de uma das três escolas de rede estadual que oferece Educação Infantil, localizada no Setor Leste Vila Nova, atende a comunidade local. Com o intuito de ser destinada para área de estágio a professoras normalistas que estudavam o magistério, também uma das tradicionais escolas do Estado, destinou-se a modalidade de Ensino Infantil. Ao transferir a Escola Estadual D para Goiânia o Jardim de Infância veio junto. Segundo a diretora, ao longo da história, a escola infantil foi se desvinculando, porém continua sendo estadual (Segundo informações obtidas *in loco*).

#### *Escola E*

Encontra-se situado no Conjunto Itatiaia I, surgiu da necessidade de atender um grande número de crianças existentes na comunidade visto que o Conjunto Itatiaia foi construído para com o intuito de abrigar os funcionários da UFG, na época o acesso ao Centro da cidade de Goiânia-GO era difícil, o que dificultava a saída das crianças do Conjunto Itatiaia para irem estudar em outra localidade. Tendo em vista a demanda e ao difícil acesso da comunidade local foi construída a Escola Estadual E.

Iniciando com oito salas de aula e possuindo 1162 alunos. Atualmente, funciona a Educação Básica: Ensino Fundamental, Ensino Médio e a EJA - Educação de Jovens e Adultos (Segundo informações obtidas *in loco*).

#### *Escola F*

Trata-se de uma Unidade de Ensino de Referência, também foi construída para atender a população local, no caso a região noroeste de Goiânia. Situando no Bairro Recanto do Bosque, atualmente conta com 1.238 alunos matriculados e distribuídos em três turnos (matutino, vespertino e noturno), compreendendo o Ensino Fundamental, Médio e a Educação de Jovens e Adultos (Segundo informações obtidas *in loco*).

#### *Coletas de Dados*

Para uma maior fundamentação teórica bem como obter dados significativos e construtivos, foi realizado periodicamente um levantamento bibliográfico sobre o tema ao longo de todas as etapas do projeto até sua concretização. As pesquisas foram realizadas por meio de livros, revistas e periódicos.

Pretendeu-se com as visitas técnicas obter informações com relação à caracterização das escolas no qual o projeto em questão foi desenvolvido. Após realizar as visitas nas escolas Municipais e Estaduais, foi desenvolvidas entrevistas por meio de questionários destinados aos professores que ministram aulas no ensino fundamental da fase II. O questionário é composto por questões fechadas e abertas, totalizando em 10 perguntas, sendo 03 perguntas que incluem descrição e aspectos socioeconômicos dos professores entrevistados e 07 perguntas sobre a percepção e educação ambiental, e conseqüentemente avaliação do conhecimento dos mesmos.

Foram realizadas seis visitas em escolas municipais e estaduais entre os meses de agosto a outubro de 2013, perfazendo um total de aproximadamente 30 horas para aplicação dos questionários para os professores da fase II do Ensino Fundamental. Com o intuito de obter informações sobre a transversalidade no processo ensino-aprendizagem a partir do diálogo com os professores, através de entrevistas estruturadas, no qual demonstrou os métodos de ensino utilizados pelos professores para trabalharem esta questão da transversalidade, se há ou não o conhecimento da educação ambiental e eventual viabilidade de se tornar a educação ambiental como disciplina obrigatória, caso as respostas obtidas não induzem a uma boa formação de consciência ambiental nos alunos.

### *Análise dos Dados*

Após as entrevistas, os questionários foram analisados e suas respostas inter cruzadas a fim de obter melhores respostas. Tendo em vista, que as respostas descritas e/ou marcadas, foram analisadas em conjunto para poder apresentar melhor significado. Posteriormente, destinou-se a fase de avaliação da percepção docente e conseqüentemente avaliação do conhecimento dos profissionais da educação que ministram aulas na fase II do Ensino Fundamental nas redes Estaduais e Municipais.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Observou-se que na escola municipal, 70% dos entrevistados eram do sexo feminino e 30% do sexo masculino e destes percentuais, verificou-se a seguinte escolaridade em que 57% entrevistados são especialistas, 33% possuem somente o ensino superior completo e 10% possuem mestrado. Na escola estadual obteve 80% entrevistados do sexo feminino e 20% do sexo masculino, destes percentuais observou-se que 47% professores entrevistados são especialistas, 46% possuem somente ensino superior completo e 7% possuem mestrado. Observou-se que, há um porcentual maior de professores do sexo feminino que ministram aulas na fase II do ensino fundamental colaborando assim, com os dados do Censo Escolar da Educação Básica (2007). E com relação ao grau de escolaridade predominou-se a titulação de especialização, tais dados foram obtidos tanto na escola municipal como na estadual, havendo assim semelhanças nos dados analisados.

Com relação à idade dos entrevistados, verificou-se que na rede municipal 70% professores entrevistados possuem de 31 a 50 anos de idade, 20% entrevistados possuem de 21 a 30 anos de idade e 10% entrevistados possuem acima de 50 anos de idade. Na escola estadual, observou-se o seguinte, 57% entrevistados possuem de 31 a 50 anos de idade e 43% entrevistados possuem de 21 a 30 anos de idade. Prevalendo assim a idade entre 31 a 50 anos, para as seis escolas. Outra característica dos professores brasileiros coletada pelo Censo Escolar (2007) é a idade, no qual a distribuição dos professores por idade revela que os docentes têm mais de 33 anos de idade (Censo Escolar da Educação Básica, 2007).

Constatou-se que nas escolas municipais, 97% professores entrevistados aplicam a educação ambiental nas suas aulas ministradas, e utilizam variados métodos de ensino para abordarem a temática da educação ambiental de forma transversal e 3% alega não aplicar a transversalidade nas suas disciplinas ministradas em sala de aula. Sendo que destes 97% que alegam utilizar métodos (aulas expositivas) de ensino para aplicar a transversalidade, 29%

alegaram que utilizam exemplos relacionados ao cotidiano; 29% utilizam debates com a turma e dinâmica; 44% atividades práticas, visitas a parques e zoológicos; 13% aulas dialogadas com a turma e parceria com órgãos ambientais (Agência Municipal do Meio Ambiente - AMMA); 14% resoluções de exercícios/cálculos; 7% promove a conscientização dos alunos por meio de projetos e exemplificações.

Já nas escolas estaduais, totalizou-se em 100% dos professores entrevistados que aplicam a educação ambiental nas suas aulas ministradas, relataram utilizar variados métodos de ensino para aplicar o tema de forma transversal, sendo que 25% utiliza o método de debates, discussões; 27% exemplificações com o cotidiano e aulas explicativas; 6% atividades participativas e exercícios avaliativos; 9% conscientização, incentivo a mudanças de hábitos; 6% dialogando com a turma e incentivos a mudança de hábitos; 4% aulas expositivas com utilização de imagens/figuras; 4% utilizam filme; 4% aula dinâmica; 2% utilizam maquetes e aulas práticas e 6% resolução de cálculos e exercícios avaliativos.

Quanto à avaliação da possível eficiência da transversalidade para o processo de ensino aprendizagem da educação ambiental na rede municipal, dos 30 professores entrevistados 87% professores avaliaram como Bom e 13% professores avaliaram como Ruim. Nas escolas estaduais, 87% professores entrevistados avaliaram Bom, 10% avaliaram Ótimo e 3% dos entrevistados Ruim. Tendo como base de dados para as duas redes de escolarização como uma prática de ensino boa (regular), no qual fica estabelecido que há eficiência regular no processo de ensino aprendizagem da educação ambiental de forma transversal, segundo avaliação dos profissionais da educação.

Verificou-se que nas escolas municipais, 87% dos professores entrevistados alegam haver interesse por parte dos alunos com relação aos assuntos relacionados à educação ambiental e 13% dos professores alegaram não haver interesse por parte dos alunos. Já nas escolas estaduais 93% dos professores entrevistados alegaram interesse por parte dos alunos para as questões de educação ambiental e 7% alegaram não haver interesse. Nas escolas estaduais sobressai com maior interesse dos alunos em assuntos relacionados à educação ambiental, tal dado está relacionado com a aplicação da temática da educação ambiental de forma transversal visto que todos os professores aplicam a temática de transversalmente. Sendo assim, segundo NUNES (2007), com a aplicação da educação ambiental de forma transversal é possível sensibilizar os indivíduos em estado de formação de modo a despertar uma vontade de mudar o presente e construir o futuro baseado no desenvolvimento

sustentável, através de suas atitudes e comportamentos individuais, com responsabilidade sobre suas ações.

Com relação à possibilidade de tornar a educação ambiental como disciplina obrigatória, observou-se que nas redes municipais 73% dos professores entrevistados são contra a esta possibilidade e 27% são a favor relatando as seguintes justificativas para se tornar obrigatória, sendo 45% se justificaram que haveria professores com capacitação, curso específico para esta área e conseqüentemente melhor eficiência no processo de ensino-aprendizagem; 11% alegaram que é necessário tornar uma disciplina obrigatória devido à grande necessidade de preservação do meio ambiente e 44% devido a necessidade de uma disciplina que haveria dedicação exclusiva. Já nas redes estaduais 87% professores são contra e 13% são a favor relatando as seguintes justificativas para se tornar obrigatória, 75% para melhor eficiência no processo de ensino-aprendizagem e 25% faz-se necessário para ter uma disciplina com dedicação exclusiva, visto que as disciplinas tradicionais possuem conteúdo a ser seguido.

Pode-se observar que a maioria dos professores tanto na rede municipal como estadual defendem a ideia de trabalhar a educação ambiental de forma transversal, descartando assim a ideia de tornar a educação ambiental como disciplina obrigatória, podendo levantar a hipótese de que os professores entendem o conceito da transversalidade. Tais dados corroboram com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) que tratam à transversalidade como uma questão social diferenciada das áreas convencionais, no qual são debatidos em espaços distintos vividos pela sociedade, buscando soluções e alternativas que objetivam a intervenção no âmbito social quanto à atuação pessoal. Visto que a Lei nº 9.795 de abril de 1999, em seu art. 2º defende a ideia de que a educação ambiental é um elemento importante que se deve estar presente em todos os níveis de modalidade escolar e que seja articulada formalmente ou não-formal.

Constatou que 93% professores entrevistados tanto da rede municipal quanto da rede estadual têm dificuldades em trabalhar com o tema de educação ambiental e 7% entrevistados alegam não encontrar dificuldade. Verificou-se ainda que todos os professores entrevistados da rede municipal e estadual alegam haver a necessidade de capacitação profissional sobre a educação ambiental e temas transversais. Relacionando assim a escolaridade com a capacitação profissional, observou-se que 77% professores entrevistados da rede municipal não estudaram sobre a educação ambiental e sobre os temas transversais em sua graduação e 23% alegaram ter estudado, nas escolas estaduais 70% entrevistados alegaram não ter

estudado sobre educação ambiental e temas transversais e 30% entrevistados alegaram ter estudo em sua graduação sobre a educação ambiental e os temas transversais. Verificando assim o motivo da dificuldade em se trabalhar de forma transversal a educação ambiental e justificando a necessidade de capacitação profissional sobre a educação ambiental e temas transversais.

Tal necessidade de capacitação profissional se deve a importância que se faz o desenvolvimento do trabalho educativo, no qual objetiva esclarecer para a comunidade escolar questões ambientais e a relação interpessoal do homem em seu meio, despertando assim, o interesse dos alunos e conseqüentemente melhorando o conhecimento da comunidade escolar em relação ao meio ambiente e sua percepção ambiental, tornando agentes que buscam soluções efetivas para o desenvolvimento e planejamento ambiental (NUNES, 2007), uma vez que para o sucesso da educação ambiental é necessário envolver a comunidade escolar nos problemas ambientais.

## CONCLUSÃO

Pode-se concluir que há necessidade de elaboração de capacitação profissional dos docentes para trabalhar com educação ambiental de forma transversal, visto que a maioria dos profissionais da educação não tiveram tal temática na graduação. De modo que o nível de eficiência da transversalidade para o processo de ensino aprendizagem da educação ambiental na rede municipal e estadual alcance um nível mais satisfatório de eficiência e conseqüentemente haja melhoria na mudança de paradigma das questões ambientais.

Assumindo a escola um papel importante em introduzir no estudante que encontra-se em estágio de formação práticas educativas voltadas para a mudança de hábitos e atitudes ambientalmente correta, objetivando alcançar uma melhor qualidade ambiental para todos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNARDELLI, M. S.; VOLPI, J. H: Educação Ambiental e Ecopsicologia Reichiana: uma proposta cidadã para a formação de uma nova identidade ecológica. In: **Encontro Paranaense, Congresso Brasileiro, convenção Brasil/Latino, XIII, VIII, II, 2008.** Disponível em:

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Capítulo VI – Do Meio Ambiente. Art. 225. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1988<sub>b</sub>.

BRASIL, Lei nº. 6.938 de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 1981.

BRASIL, Lei nº. 9.795 de 27 de abril de 1999, Art. 1º e Art. 2º. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 1999.

BRASÍLIA 1998, Secretária de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Temas Transversais**. Ministério da Educação/SEF, p.25 – 26; p.30; 197.

DIAS, Genebaldo Freire, 1949 - **Educação Ambiental: princípios e práticas**/ Genebaldo Freire Dias- 9. ed- São Paulo: Gaia, 2004 p 36; 76-77; 109-110.

<http://www.centroreichiano.com.br/artigos/Anais%202008/Marlize%20Spagolla%20Bernarde%20e%20Jos%C3%A9%20Henrique.pdf>. Acesso em: 09 de maio de 2013.

<http://www.ecossistemica.com.br/artigos/ConscientizacaoEcologica.pdf>. Acesso em: 09 de junho de 2013.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Educacenso. **Censo Escolar 2007**: caderno de instrução. 2007. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/925483/Caderno-de-Instrucoes-para-Censo-Escolar-1204?page=12>> Acesso em: 26 de novembro de 2013.

NUNES, Ellen Regina Mayhé, 2007. **A Formação da Consciência Ecológica Através da Educação Ambiental**. Disponível em:

Relatório de Brundtland, criado em 1983 pela Assembléia das Nações Unidas. BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Cartilha de Licenciamento Ambiental**. Com colaboração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis. 2 ed. Brasília, 2007.

Recebido em 03 de janeiro de 2014.

Aprovado em 23 de janeiro de 2014.